

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 462, DE 2005

Acrescenta parágrafo ao art. 158 da Constituição Federal, alterando a sistemática de cálculo do valor adicionado para fins de distribuição aos Municípios, no caso das usinas hidrelétricas, do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Autores: Deputada YEDA CRUSIUS e outros

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

I - RELATÓRIO

De acordo com o art. 158, IV, da Constituição Federal, 25% da arrecadação do ICMS pertencem aos municípios. O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que três quartos, no mínimo, serão transferidos na proporção do valor adicionado, isto é, do valor agregado, nas operações realizadas no território de cada município; e até um quarto dos recursos será transferido de acordo com o que dispuser a lei estadual.

A Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990, define valor adicionado como sendo a diferença positiva entre o montante das saídas de mercadorias e das prestações de serviços e o valor das entradas de mercadorias em cada estabelecimento do contribuinte.

O objeto da PEC n.º 462, de 2005, é acrescentar um parágrafo ao art. 158 da Constituição Federal, no sentido de estabelecer que, no caso do imposto resultante da geração de energia por usinas hidrelétricas, o valor adicionado será atribuído no seguinte percentual: sessenta por cento, aos municípios em que instaladas; quarenta por cento, aos municípios alcançados pelo reservatório, sendo setenta por cento, proporcionalmente à área territorial inundada e trinta por cento, proporcionalmente à população.

Determina, ainda, que lei complementar estabelecerá a forma de aplicação do disposto na referida emenda aos municípios alcançados pelo reservatório em regiões situadas fora do território do Estado em que estiver instalada a usina hidrelétrica.

A partilha do valor adicionado prevista na emenda em debate entrará em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua promulgação de forma progressiva, sendo atribuídos aos municípios em que estiverem instaladas as usinas hidroelétricas, nos três primeiros anos de vigência, respectivamente, noventa por cento, oitenta por cento e setenta por cento do valor adicionado.

Os deputados, na justificativa, consideram “injusto que o enorme valor adicionado proporcionado por uma usina hidrelétrica beneficie apenas o erário de um Município, quando muitos outros também perderam parte de seu território para proporcionar o acúmulo da água que movimenta as turbinas”.

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania cabe apreciar as propostas em exame apenas sob o aspecto da admissibilidade conforme determina a alínea b, inciso IV, art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta de emenda à Constituição em exame atende aos requisitos constitucionais do § 4.º, do art. 60, não se vislumbrando em suas disposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado,

do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Não se verificam, também, quaisquer incompatibilidades entre as alterações que se pretende fazer e os demais princípios e normas fundamentais que alicerçam a Constituição vigente.

Além disto, não está o País sob estado de sítio, estado de defesa e nem intervenção federal (§ 1.º, art. 60, CF).

A matéria tratada na proposta não foi objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5.º, art. 60, do texto constitucional.

A exigência de subscrição por no mínimo um terço do total de membros da Casa (inciso I, art. 60, CF) foi observada, contando a PEC n.º 462, de 2005, com 171 assinaturas válidas.

A técnica legislativa e a redação empregadas observam os preceitos da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 107, de 2001.

Isto posto, nosso voto é no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição de n.º 462, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator